

NA ESTEIRA DA MEMÓRIA: A QUESTÃO SOCIAL E A MOBILIZAÇÃO DOS MARINHEIROS, ATUAÇÃO E REPRESSÃO NA CIDADE DE RIO GRANDE-RS (1961-1964)

Robert Wagner Porto da Silva Castro¹

Resumo

A presente reflexão versará sobre a releitura do movimento dos marinheiros entre os anos de 1961 - 1964, em especial a sua radicalização neste último ano, a partir das relações estabelecidas entre os praças nas graduações iniciais da Marinha do Brasil e a oficialidade da própria força, tanto no espaço de labor quanto no meio civil. Neste contexto, as demandas dos marinheiros, bem como, a negação da alta administração naval em abrir espaços de negociação referente a seus direitos básicos, assumem papel preponderante no processo de radicalização daquele segmento de militares junto à Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e a consequente aproximação de movimentos de trabalhadores e estudantes, sobretudo no ano de 1964. Serão analisados ainda, alguns desdobramentos desta mobilização e a repressão advinda sobre seus integrantes, na cidade de Rio Grande - RS.

Introdução

A presente reconstrução da trajetória de integrantes do movimento dos marinheiros, entre os anos de 1962 e 1964, parte de um referencial teórico-metodológico fundamentado em uma história política que, segundo René Rémond, analisa as origens das decisões políticas, ou em suas palavras, “a raiz das decisões, as estratégias dos grupos de pressão” (RÉMOND, 2003, p. 21). Bem como, na História Oral enquanto ferramenta de pesquisa, que permite ao historiador apreender aspectos que por vezes os documentos escritos não alcançam, como sentimentos e emoções. Mas sempre considerando que as lembranças sempre partem de premissas do presente, ou seja, por vezes guardam a “intenção de articular ideias orientadas a registrar ou explicar aspectos de interesses planejados” (MEIHY, 2013, p. 13-14).

Pautado nos referenciais supramencionados, este trabalho tem como objetivo contribuir para um melhor entendimento sobre as principais demandas sociais inerentes aos praças das graduações iniciais² da Marinha do Brasil, e ainda, o modo como se deu a

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestrando do PPGH-UFPEL e Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: robertwpscastro@yahoo.com.br

² Conforme Art. 3º do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, as graduações iniciais na Marinha do Brasil são “taifeiros”, “grumetes”, “marinheiros” e “cabos”. Sendo que de acordo com o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, em termos hierárquicos as



radicalização de seu movimento e a perseguição desencadeada a estes militares no instante imediatamente posterior ao golpe, no ano de 1964, em especial na cidade de Rio Grande-RS. Cidade esta, de forte tradição marítima e portuária, onde se localizava um dos principais portos da região sul do país e ainda, onde está localizada a Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (CPRS), cujo comandante era a maior autoridade militar da cidade e a principal autoridade naval no estado gaúcho. Neste sentido, este trabalho realizar-se-á fundamentalmente a partir da análise das memórias de integrantes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e, de modo complementar, da análise a fontes oficiais e jornalísticas do período em tela.

Num primeiro instante desta análise, trabalharemos a memória reavivada enquanto instrumento para a reflexão e reconstrução da trajetória de um segmento específico de militares durante o recorte temporal em questão. E o diálogo desse referencial com a história política, que busca “as raízes das convicções e as origens dos comportamentos nas profundezas da memória coletiva ou do inconsciente” (RÉMOND, 2003, p. 36). Em seguida serão apresentadas algumas demandas sociais inerentes aos marinheiros, a partir das vivências dos entrevistados na cidade do Rio de Janeiro durante os anos em que os mesmos estiveram no serviço ativo da Marinha. Por fim, analisaremos ainda, no contexto da repressão da alta administração naval ao movimento dos marinheiros, aspectos relativos à ação repressiva empreendida na urbe riograndina.

Além de apresentar uma contribuição para o estudo da questão social latente nas Forças Armadas brasileiras, em especial na Marinha do Brasil, este trabalho busca, também, contribuir para um melhor entendimento sobre a repressão e perseguição empreendidas aos integrantes do movimento dos marinheiros. Evidenciando assim aspectos concernentes às experiências de integrantes desse segmento específico de militares durante um período tensionado da história brasileira.

Memória & Identidade em evidência.

graduações de “marinheiro” e “soldado fuzileiro naval” se equivalem, contando a antiguidade pelo tempo na referida graduação.



Ao propagar a ideia dos “vencedores” em relação aos acontecimentos passados, a “memória oficial” relega ao esquecimento histórico, segmentos como o dos marinheiros, suas demandas e atuação na cena política – seja internamente à Marinha, seja na cena política nacional como em 1964. Corroborando a ideia de Michael Pollak, ao analisarmos as “memórias subterrâneas das minorias, dos marginalizados e dos excluídos” (POLLAK, 1989, p.4), torna-se possível compreender de modo mais aprofundado como determinados acontecimentos políticos ocorreram. E que só se efetivaram a partir de pressões sociais, que se constituem então na “raiz das decisões” (RÉMOND, 2003, p.21). Nesta medida, de acordo com Thompson³ “ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados” (LUCA, 2011, p. 113).

A memória, como instrumento de reconstrução da trajetória de determinados grupos não abarcados pela “memória oficial”, está intimamente relacionada com a ideia de cultura política – inserida no contexto da renovação da história política com René Rémond. Onde esta consiste em “um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Neste sentido, o trabalho de releitura da trajetória do movimento dos marinheiros, fundamentado em entrevistas e obras memorialísticas de integrantes do movimento dos marinheiros, a que se propõe esta análise, não pode ser realizado em detrimento da análise crítica de outros tipos de fontes, neste caso, obras historiográficas que de alguma maneira abordam o referido tema e matérias publicadas na mídia impressa do período em questão. Pois, como os demais tipos de fontes com as quais o historiador trabalha, por força de seu ofício, a memória é dotada de determinado grau de subjetividade, mas com a característica de ser “volátil” de acordo com as demandas do presente, ou nas palavras de Pierre Laborie “ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente” (LABORIE, 2009, p. 80). Esta característica da memória não diminui sua relevância enquanto fonte a ser trabalhada pelos historiadores. Mas no contexto

³ In, LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2011, p. 113.



de um passado “rejeitado” por grande parte da sociedade brasileira, como o golpe civil militar em 1964, devemos tomar o cuidado de não sobrepor a memória à história. Cabe ao historiador analisar a memória enquanto fonte, ciente de que, sobretudo nas “batalhas de memória”, está, “imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia.” (REIS, 2004, p. 29).

Desta maneira, faz sentido analisar o fato de que os indivíduos dialogam entre si, criando-se assim uma linha tênue entre diferença e identidade, na medida em que “podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo [...] que tem estreitas conexões com relações de poder” (SILVA, 2014, p. 97), onde podemos compreender a construção de uma identidade própria dos praças nas graduações iniciais da Marinha. Não somente a partir de suas atividades profissionais, mas também da relação paradoxal estabelecida com a oficialidade. Segundo Kathryn Woodward (2014, p. 13), a identidade de um determinado grupo é relacional, ou seja, constitui-se a partir da relação e da diferença relativa a outras identidades e também se vincula a aspectos e condições sociais e materiais. Mesmo que inerente a um determinado segmento interno a uma classe, como no caso dos marinheiros analisados no presente trabalho. Sendo assim, é possível compreender a memória enquanto elemento fundamental para a construção ou (re) afirmação de uma identidade e o estabelecimento de suas fronteiras.

A Mobilização

A rebelião dos marinheiros, ocorrida de fato entre os dias 25 e 27 de março de 1964 durante a assembleia comemorativa pelo segundo aniversário de fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), foi o clímax de um movimento iniciado em março de 1962 na cidade do Rio de Janeiro, com a criação da supramencionada associação. Inicialmente, a AMFNB tinha a finalidade de assistir aos cabos, soldados e marinheiros da força naval em suas demandas sociais, especialmente aqueles oriundos de outras cidades do país. A partir de 1963, com a eleição de sua segunda diretoria, a associação fuzinauta⁴ passou a contestar a situação social do grupo que representava, cobrando melhorias

⁴ Termo utilizado na Marinha para fazer referência aos fuzileiros navais (“fuzi”) e marinheiros (“nautas”) juntos.



salariais e o acesso a benefícios sociais, além “direitos políticos e civis”⁵. A característica peculiar deste movimento se apresenta no fato de que fora constituído essencialmente por militares de baixa graduação, isto é, cabos, marinheiros e soldados. Elementos oriundos, em sua maioria, das camadas de base da sociedade brasileira. Este aspecto, associado à efervescência política do período, propiciou um maior destaque para as ações reivindicatórias da associação junto à alta administração naval.

Nesse contexto, em consonância com a situação político-social vigente à época, os marinheiros vislumbraram na possibilidade de criar uma associação – a exemplo dos suboficiais e sargentos e dos taifeiros da Marinha – uma forma de tentar unir forças em um auxílio mútuo, e posteriormente, buscar mudanças em suas realidades dentro da força. Porém, a AMFNB inseriu-se no cenário político nacional no ano de 1963 como uma associação que buscava melhorias para aqueles a quem representava, sobretudo a partir do pleito realizado em abril daquele ano, quando foi eleita sua segunda diretoria. A qual, com um posicionamento mais combativo e politizado, era composta em sua maioria de marinheiros que serviam embarcados. A partir de então, o distanciamento entre a alta administração naval e o movimento dos marinheiros tendeu a aumentar, pois, a negação da alta administração naval em reconhecer a pertinência das demandas dos marinheiros e em estabelecer um canal de diálogo com os mesmos, contribuiu sobremaneira para a radicalização do movimento daqueles militares. Nas palavras de Avelino Capitani, ex-marinheiro e integrante da AMFNB: “A persistente obstinação do Conselho do Almirantado⁶ em não reconhecer e condenar a Associação levou-nos a trilhar caminhos cada vez mais políticos e mais combativos na solução das reivindicações.” (CAPITANI, 1997, p. 25).

No relato que se segue, o “Entrevistado A” apresenta bem o caráter reivindicatório da Associação, além de evidenciar algumas demandas dos marinheiros:

[...] a associação ia reivindicar aumento e que ia reivindicar também pro marinheiro poder casar e mais uma série de reivindicação que eles iam fazer. Bah aquilo tudo ia ser uma boa pra nós, e aí agente foi se entusiasmando e ficando.[...]

⁵ Como consta no discurso do marinheiro de 1ª classe José Anselmo dos Santos, lido no dia 25/03/1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Cf. Biblioteca Nacional – O Globo, 28 mar. 1964, p.6.

⁶ Consiste em um órgão consultivo da administração naval, então composto por todos os oficiais gerais efetivos do Corpo da Armada, conforme o Regulamento do Conselho do Almirantado.



Neste cenário, frente ao não reconhecimento de suas demandas por parte da alta administração naval, teve início um processo radicalização do movimento dos marinheiros. Quando passaram então, a manifestar publicamente suas demandas e seu apoio às reivindicações de grupos estudantis e de trabalhadores, além do apoio ao projeto reformista do Presidente da República João Goulart. Deste modo, acirrou-se a crise entre a AMFNB e o alto comando da Marinha. Dando início assim, a partir de setembro de 1963, a uma série de prisões administrativas de alguns dirigentes da Associação. Esta repressão é melhor ilustrada no relato de Paulo Fernando da Costa⁷, ex-marinheiro e sócio da AMFNB em 1964:

[...] a associação foi se agigantando demais, entendeu? E aí a estrutura militar começou a pressionar, entendeu? Queria que ela acabasse! Prendiam, prendiam os diretores e depois soltavam. O pessoal a bordo era perseguido, quem era da associação, dirigentes ou quem recolhia as mensalidades, eram repreendidos ou presos. Porque justamente você reivindicava coisas pro bem estar. E eles era contra, achavam que a administração naval é que teria que fazer isso aí. Não os marinheiros. [...]

Aproveitando do seu crescente destaque no cenário político nacional e sua influência em meio aos grupos sociais de base, muito ligados ao apoio ao próprio presidente Goulart, a AMFNB passou a buscar interlocutores diretamente no governo federal, como o ministro do trabalho Amauri Silva e o chefe da Casa Civil da Presidência da República o Sr. Darcy Ribeiro⁸. Estavam assim, tomadas as posições. E a AMFNB passara a crer que as mudanças que desejava na Marinha não poderiam ser realizadas através do diálogo com as autoridades navais, devido ao reacionarismo e a soberba destas. Mas poderiam ser implementadas pelo próprio presidente da República se o seu projeto reformista para o país fosse adiante.

A Repressão

No dia 24 de março de 1964 o ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta determinou a prisão de 12 diretores da AMFNB pela sua participação em debates sobre as reformas de base durante reunião no Sindicato dos Bancários e no dia seguinte determinou a prisão de mais 40 marinheiros. Este fato não impediu a realização da assembleia do dia 25 de março em comemoração aos dois anos da AMFNB, porém mudou seu caráter, o que seria um ato

⁷ Entrevista realizada pelo autor, em 02 de novembro de 2013.

⁸ Algumas reuniões eram realizadas em seu apartamento no Rio de Janeiro. Cf. RODRIGUES, *Flávio Luís*. *Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 96.



festivo, transformou-se em uma assembleia permanente diante das notícias das ordens de prisão, da divulgação de que “os militares que vão cumprir a terceira pena disciplinar serão licenciados”⁹ após a conclusão do castigo, conforme preceitua o Regulamento Disciplinar^{10,11}. Diante dos acontecimentos e da possibilidade de punições em massa caso os marinheiros retornassem aos seus navios ou quartéis, estes iniciaram uma vigília no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e declararam-se em assembleia permanente até que suas reivindicações fossem aceitas, começava então uma “queda de braço” entre o ministério da Marinha e a associação.

No desfecho deste episódio no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, com a libertação dos marinheiros, questões relativas à “quebra da hierarquia” e à “indisciplina” foram amplamente exploradas pelos golpistas em detrimento das reivindicações de um movimento de base e cunho eminentemente social, interno à Marinha do Brasil. Deste modo, a partir da efetivação do golpe civil militar, ainda nos primeiros dias do mês de abril de 1964, fora desencadeada a chamada “operação limpeza”, em que foram “caçados” todos aqueles que de alguma forma apoiaram o governo Goulart. Enquanto no meio civil a operação limpeza foi conduzida de maneira implacável, na Marinha não fora diferente. No dia 3 de abril o então empossado ministro da Marinha, almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, determinou a instauração de inquérito para apurar os fatos ocorridos na assembleia da AMFNB do dia 25 de março. No dia 8 de abril comunicou a expulsão da Marinha dos membros da diretoria da associação. Dois dias depois o ministro comunicou a expulsão de 26 fuzileiros, que depuseram as suas armas por ocasião do cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro no dia 26 de março. Ordens de prisão aos membros da diretoria foram encaminhadas às delegacias, incumbindo o DOPS¹² e o CENIMAR¹³ de encontrá-los e prendê-los. A 29 de julho a União entrava com um mandado para averbação de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que em 23 de novembro fora

⁹ Expulsos do serviço ativo da Marinha, conforme previsto nos Art. 71 e 85 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

¹⁰ Trata-se neste caso do Regulamento Disciplinar da Marinha (RDM), Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.

¹¹ Biblioteca Nacional - Diário de Notícias, 25 mar. 1964, p.3.

¹² Delegacia de Ordem Política e Social.

¹³ Centro de Informações da Marinha.



julgado procedente pelo juiz Renato Lomba, determinando o fim das atividades da associação dos marinheiros.

No que concerne à repressão na cidade de Rio Grande-RS, a relevância daquela cidade no contexto do golpe civil militar de 1964 fica evidente quando percebemos a intensidade da ação repressiva naquela cidade, tarefa esta que coube principalmente à Marinha.

A repressão aos inimigos da denominada revolução não foi mais branda que em outras localidades. Em Rio Grande, várias pessoas foram presas, entre elas os principais dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande. *O município só perdia em número de encarcerados para a capital gaúcha* [Grifo meu] (GANDRA, 1999, p. 90).

Cabe ressaltar que o fato de a Marinha ter capitaneado a repressão em Rio Grande, deveu-se não somente ao fato de ser esta a força de maior representatividade na cidade, mas que a despeito de se tratar de uma localidade de grande importância estratégica e econômica, ligada essencialmente às atividades marítimas, os segmentos de trabalhadores portuários e marinheiros eram marginalizados, assim como a própria região onde se situa o porto e os seus locais de moradia. Tal situação demandou uma forte atuação repressiva da Marinha, sobretudo pela mobilização dos marinheiros em torno de suas reivindicações, somada à relevância do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande e a sua atuação na cidade junto aos marítimos e portuários. Nesse sentido, a repressão aqueles militares que de alguma maneira se envolveram com a AMFNB, também se fez presente na urbe riograndina e cidades próximas, como é possível perceber ao analisarmos a narrativa do “Entrevistado A” acerca do modo como fora expulso da Marinha e a perseguição a que foi submetido anos depois, já em sua cidade natal, Pelotas-RS:

[...] Aí cheguei no quartel, a turma tava tudo lá e começaram a dizer, que a turma chamava o pessoal do rabo, o pessoal do rabo era o pessoal que tava pra ir pra rua por causa da política. Aí começaram a dizer: “Ó lá na turma do rabo quando faz a chamada, chama o teu nome também, vê o que você vai fazer.” Aí eu disse, sabe de uma coisa, vou falar com eles. Fui falar com o oficial lá. Aí o meu nome tava lá, e eu não fui mais pra onde eu ia. E fui pra turma do rabo, e aí fui pra rua. Aí me mandaram embora, aí eu voltei pra Pelotas. [...] Aí depois, não sei quantos anos depois, eu estava trabalhando no Fonseca Júnior, na oficina. Aí quando eu vi chegou a caminhonete da civil me prendendo, que eu tinha sido condenado a 5 anos e 3 meses, me condenaram a revelia. Assim como condenaram outros a revelia também. Quer dizer, fizeram a coisa tudo, acho que foi tudo errado. Primeiro lugar, eles primeiro tinham que nos condenar para depois nos mandar embora. Eles fizeram o seguinte, nos mandaram embora e depois nos condenaram. Quer dizer, então quando eles nos mandaram embora nós já tava condenado. [...]

Mesmo após a expulsão da Marinha, sem ser submetido a qualquer procedimento administrativo para julgar sua culpabilidade, o “Entrevistado A” ainda fora preso em Pelotas-



RS sob a acusação de subversão. A situação vivenciada por este ex-militar, como desdobramento da mobilização dos marinheiros, denota o alcance e a forma como foi realizada a operação limpeza nos quadros da Marinha, especialmente no que concerne aos praças nas graduações iniciais que de algum modo se envolveram com a AMFNB e com suas reivindicações.

Conclusão

O processo de radicalização da associação acompanhou o grau de inflexão do almirantado em dialogar com os marinheiros a fim de reconhecer as suas demandas de ordem social. As relações entre oficiais e marinheiros, no meio laboral e civil, bem como as experiências destes militares, contribuíram sobremaneira para sua mobilização em torno de uma associação representativa, buscando ali atenuar a notória carência social, bem como, buscar o atendimento de suas demandas junto ao Conselho do Almirantado.

Considero que os desdobramentos da mobilização dos marinheiros a partir de 1962 não foram conduzidos pela vontade dos governantes ou dos comandantes navais, nem pelas ações e posicionamentos das lideranças da AMFNB, mas constituem parte integrante do processo de construção da identidade deste segmento social específico. Deste modo, o presente trabalho procurou contribuir para uma melhor compreensão dos integrantes do movimento dos marinheiros de 1964 enquanto sujeitos do processo histórico. Buscando ainda, através de suas memórias, suscitar novas pesquisas que venham a iluminar cada vez mais esse período ainda tão nebuloso da história da sociedade brasileira.

Fontes

Fontes Orais

- “Entrevistado A” (ex-marinheiro) - Entrevista realizada pelo autor, em 21 de novembro de 2013, nas dependências do Núcleo de História Regional, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, no bairro Centro, cidade de Pelotas-RS.
- Paulo Fernando da Costa (ex-marinheiro) - Entrevista realizada pelo autor, em 02 de novembro de 2013, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS.



Livros de Memória

CAPITANI, Avelino Biden. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

Jornais e Periódicos

- Jornal O Globo, 28 mar. 1964.

- Jornal Diário de Notícias, 25 mar. 1964.

Legislações

BRASIL. DECRETO 44.061, DE 23 DE JULHO DE 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44061-23-julho-1958-383220-publicacaooriginal-1-pe.html>.

_____. Decreto Nº. 22.070, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1932. Aprova o Regulamento do Conselho do Almirantado. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151878>.

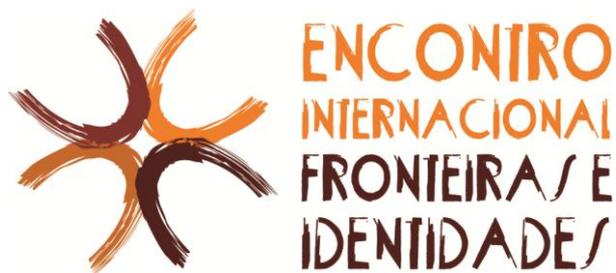
_____. Decreto Nº. 95.480, DE 13 DE OUTUBRO DE 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Referências Bibliográficas

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (Orgs.) **Para uma história Cultural**. Lisboa, Estampa, 1998, (349 – 363).

GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969**. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV, 2009, (79 – 97).



LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, Contexto, 2011, (111 – 153).

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo, Contexto, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, (29 – 52).

RÉMOND, René. **Por uma história política**, Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964**. São Paulo: Cortez, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014, (7 – 72).